

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Nara Márcia Tavares Rech

**ISSO É COISA DE MENINO E DE MENINA TAMBÉM: AS CONTRIBUIÇÕES DA
PRÁTICA DOCENTE NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA
ESCOLA**

Porto Alegre

2016

Nara Márcia Tavares Rech

**ISSO É COISA DE MENINO E DE MENINA TAMBÉM: AS CONTRIBUIÇÕES DA
PRÁTICA DOCENTE NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA
ESCOLA**

Monografia apresentada no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Rosimeri Aquino da Silva

Porto Alegre

2016

“Não se esqueça de que o pensamento se modela graças à palavra, e que só existe o que tem nome”. M^a. Angeles Calero

“Em um mundo onde a linguagem e o nomear as coisas são poder, o silêncio é opressão e violência”. Adrienne Rich

“Sei que a língua corrente está cheia de armadilhas. Pretende ser universal, mas leva, de fato, as marcas dos machos que a elaboraram. Reflete seus valores, suas pretensões, seus preconceitos”. Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Diolanda e João Alexandre, *In memoriam*, pelo investimento na minha educação e incentivo dado durante minha infância e adolescência. Ao meu filho Tiago, por acreditar em mim e principalmente ao meu amado marido Marcelo, pela paciência, compreensão, companheirismo nas saídas de campo como meu apoio técnico e financeiro e principalmente pelo incentivo na hora de escrever meu trabalho de conclusão. Sem essas pessoas certamente eu não teria chegado até aqui.

À minha irmã, pelos conselhos e dicas valiosos para a escolha da orientadora e para a escrita do trabalho. E aos meus sogros que sempre estiveram presentes durante meu percurso acadêmico torcendo por mim.

Agradeço também à minha orientadora Profa. Dra. Rosimeri Aquino da Silva, por dividir seu imenso saber comigo, por suas sábias palavras, sua compreensão, paciência nos meus longos períodos de silêncio e pelo incentivo: - “vai Nara”, durante a escrita deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo tem como proposta fazer uma análise inicial sobre o lugar ocupado pela professora na construção das relações de gênero, assim como sobre a importância da discussão dessas relações nas práticas escolares para a constituição de uma sociedade menos desigual e mais democrática. Interessa analisar a forma como os professores e a escola tratam o tema e o abordam em sala de aula com seus alunos, assim como em outros ambientes da escola. Para este estudo foi realizada pesquisa com alunos e professores de ensino médio de duas escolas públicas da zona sul do município de Porto Alegre. Escolhas essas onde efetuei os estágios obrigatórios da disciplina de Estágio em Docência de Licenciatura em Ciências Sociais no ano de 2015. Nos referidos estágios, observei a necessidade efetiva de discutir sobre as relações de gênero no ambiente escolar, tendo em vista que esse tema surgiu diversas vezes por solicitação dos alunos durante as aulas ministradas por mim. A presença das relações de gênero é evidente na escola, através do conteúdo de diversas disciplinas, nas cantigas de roda ensinadas às crianças, no comportamento dos adultos (comunidade escolar), assim como em conversas informais e performances de alunas e alunos. Visível nas roupas, nos gestos, no mexer nos cabelos, gargalhadas, o estufar de peito dos meninos, ou seja, uma infinidade de símbolos que estão relacionados ao ser menina e ser menino. Nesse contexto, torna-se pertinente a discussão sobre a temática de gênero e de suas relações.

PALAVRAS-CHAVE: professora, relações de gênero, escola, práticas escolares.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Metodologia da pesquisa	14
2	A ESCOLA.....	16
2.1	O início da escola no Brasil.....	16
2.2	Separação por gênero na escola.....	18
2.3	Educação feminina	19
2.4	A escola contemporânea.....	21
2.5	As professoras	24
3	CANTIGAS DE RODA.....	28
3.1	Sobre as cantigas de roda.....	28
3.2	As cantigas de roda.....	29
4	FOTO CAPÍTULO.....	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como proposta fazer uma análise inicial sobre o lugar ocupado pela professora¹ na construção das relações de gênero, assim como sobre a importância da discussão dessas relações nas práticas escolares para a constituição de uma sociedade menos desigual e mais democrática. Interessa analisar a forma como os professores e a escola tratam o tema e o abordam em sala de aula com seus alunos. Com vistas a esse objetivo, serão utilizados, como base teórica, alguns estudos de gênero, gênero e educação realizados por pesquisadores de diferentes campos do conhecimento, a saber, história, sociologia, antropologia, entre outros².

Para este estudo foi realizada pesquisa com alunos e professores de ensino médio de duas escolas públicas da zona sul do município de Porto Alegre. Escolhas essas onde efetuei os estágios obrigatórios da disciplina de Estágio em Docência de Licenciatura em Ciências Sociais³. O Estágio em Docência I foi realizado em escola pública de ensino médio no bairro Cavalhada ocorrido entre os meses de março a julho de 2015 e Estágio em Docência II em escola pública de ensino médio no bairro Tristeza ocorrido entre os meses de agosto a dezembro de 2015.

Durante os referidos estágios, observei a necessidade efetiva de discutir sobre as relações de gênero no ambiente escolar, tendo em vista que esse tema surgiu diversas vezes por solicitação dos alunos durante as aulas ministradas por mim. Eles questionavam e debatiam o tempo todo sobre questões relacionadas a gênero. Traziam acontecimentos de seu dia-a-dia como, por exemplo: “é certo a mulher denunciar o cara se foi ela quem traiu”? “Ah,

¹ Utilizarei o termo professora de forma genérica ao feminino/masculino quando me referir aos profissionais da educação. Visto a necessidade de desconstrução da hierarquia entre os gêneros que são usuais na linguagem, tendo em vista seu papel socializador, conforme feministas Adrienne Rich e Maria Angeles Calero.

² Ver nas referências estudos de: Daiana da Rosa ACORDI, Julio Groppa AQUINO, Marisa BITTAR e Amarilio FERREIRA JR., Ana Lúcia Camargo FERRAZ e João Martinho de MENDONÇA, Milton GURAN, June E. HAHNER, Guacira Lopes LOURO, Margaret MEAD, Maria Cecília de Souza MINAYO, Céli Regina Jardim PINTO, Carmen RIAL, Arilda Ines Miranda RIBEIRO,

³ Atividade de ensino de caráter teórico-prático que visa a inserção e a convivência do discente-estagiário no contexto escolar, a partir de sua atuação como regente/docente de sala de aula na área de Ciências Sociais/Sociologia em instituições de Educação Básica. Oportuniza a elaboração de um Plano de Trabalho, bem como a problematização do objeto de ensino das Ciências Sociais, da escola como espaço sociocultural, das identidades dos sujeitos implicados com os processos de ensino e aprendizagem, com as temáticas, as metodologias, o currículo e o planejamento didático-pedagógico, a partir de uma postura investigativa, analítica e reflexiva.

mas se ela traiu tem mais é que apanhar”! “Não meu, ela trair não justifica apanhar, o cara que procure outra mulher que lhe mereça e não seja sacana”!

A presença das relações de gênero é evidente na escola, através do conteúdo de diversas disciplinas, no comportamento dos adultos (comunidade escolar), assim como em conversas informais e performances⁴ de alunas e alunos. Visível nas roupas, nos gestos, no mexer nos cabelos, gargalhadas, o estufar de peito dos meninos, ou seja, uma infinidade de símbolos que estão relacionados ao ser menina e ser menino.

Nesse contexto, a discussão sobre a temática de gênero e de suas relações apresentada é pertinente. Entretanto, parece que as professoras evitam falar sobre gênero e sexualidade em sala de aula, talvez por julgarem tratar-se de assunto de menor relevância, não estarem preparadas para a discussão ou, porque eles podem representar um tabu⁵.

Todavia, a discussão sobre as relações de gênero está na ordem do dia, não só nas demandas que as alunas e alunos apresentam, mas também nas diversas mídias. Atualmente tramitam no Congresso Nacional pelo menos cinco Projetos de Lei que intervêm diretamente nos conteúdos abordados em sala de aula, impedindo a chamada “doutrinação política e ideológica”. De acordo com Fernando Penna, professor-adjunto da Faculdade da Educação da Universidade Federal Fluminense, projetos de lei com esses teores tramitam em assembleias legislativas de pelo menos nove estados da federação e em outros treze municípios, incluindo capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Um dos projetos que tramitam é o 2.731/2015, que altera o Plano Nacional de Educação (PNE), vedando a discussão de gênero dentro das escolas. De autoria do Deputado Federal Eros Biondini (PTB-MG) – o PL prevê pena de prisão para os professores que desrespeitarem a determinação. Eros defende a

⁴ Teatralização e dramatização do cotidiano. Segundo Ervin Goffman: Uma performance pode ser definida como toda e qualquer atividade de um determinado participante em uma certa ocasião, e que serve para influenciar de qualquer maneira qualquer dos participantes. Tomando um participante em especial e sua atuação como ponto básico de referência, podemos nos referir a aqueles que contribuem para as outras performances como o público, os observadores, os outros participantes. O padrão pré-estabelecido da ação desenvolvida durante uma performance e que pode ser apresentada ou encenada em outras ocasiões pode ser chamada de “parte” ou de “rotina”. Estes termos situacionais podem facilmente ser relacionados com casos de estrutura convencional. Quando uma pessoa ou um ator executa o mesmo papel para o mesmo público em ocasiões diferentes, quase que surge uma relação social. Definir papel social como encenação de direitos e deveres de um certo status, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais dos papéis, e cada um destes papéis diferentes podem ser executados pelo performer em uma série de ocasiões, para os mesmos tipos de público ou para um público das mesmas pessoas. (GOFFMAN 1959 apud SCHECHNER 2006) The presentation of self in everyday life, 15-16

⁵ s.m. Etnografia. Instituição religiosa que, atribuindo caráter sagrado a um objeto ou a um ser, proíbe qualquer contato com eles e até mesmo referência a eles. <http://www.dicio.com.br/> Acessível em 10/06/2016

inclusão do seguinte trecho no artigo 2º do PNE: “É proibida a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto”. Os professores que não atenderem a esse dispositivo estarão sujeitos às mesmas penas previstas no artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê prisão de seis meses a dois anos para aqueles que submeterem “criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou constrangimento”.

Esse entendimento de determinados segmentos da sociedade sobre os conteúdos de gênero apresentados nas escolas, causa um retrocesso à educação, no sentido de como se produz conhecimento, que é através do diálogo e da troca entre professores e alunos. Além do mais, a escola é um local para discussão sobre as questões de gênero e outras tantas, tendo em vista que ela está inserida no contexto social, político e cultural, não podendo ser descolada dos acontecimentos mundiais.

Além disso, o tema representa uma luta antiga das mulheres, concretizado efetivamente a partir dos anos 1960 com maior expressão nos Estados Unidos e na Europa e ainda se faz presente na história contemporânea. Naquele momento da história, lideranças do movimento feminista defendiam as relações de poder entre homens e mulheres, respeitando-se as diferenças (PINTO, 2010). A antropóloga Margareth Mead⁶, através de suas pesquisas desenvolveu a teoria que a cultura é o fator determinante dos papéis de gênero, das condutas e comportamentos de homens e mulheres. Uma vez que:

’Historicamente, nossa própria cultura apoiou-se, para a criação de valores ricos e contrastantes, em muitas distinções artificiais das quais a mais importante é o sexo. Não será pela mera abolição dessas distinções que a sociedade desenvolverá padrões em que os dons individuais hão de receber o seu lugar, em vez de serem forçados a um molde mal ajustado. Se quisermos alcançar uma cultura mais rica em valores contrastantes, cumpre reconhecer toda a gama das potencialidades humanas e tecer assim uma estrutura social menos arbitrária, na qual cada dote humano diferente encontrará um lugar adequado.’(MEAD, Margaret. 1999. p.303)

Nesse sentido, os argumentos da autora acima citada são importantes para a compreensão de que os papéis de homens e mulheres não são naturais, mas sim uma construção social de acordo com a necessidade e os interesses de cada sociedade. Assim, a

⁶ Margaret Mead , Antropóloga norte-americana. Dedicou-se ao estudo das culturas nativas da Oceania e à temática do condicionamento cultural, do sexo e da personalidade entre a infância e a adolescência . A partir dos seus estudos, desenvolveu a tese de que o fator cultural constitui uma determinante fundamental do comportamento humano,

escola e a professora através de sua atuação podem contribuir para a construção de uma sociedade mais equilibrada, onde, segundo (LOURO 1997), “homens e mulheres são diferentes e essa é uma afirmação irrefutável”, mas somente no sentido biológico, uma vez que são iguais em seus direitos, deveres e potencialidades, segundo a constituição brasileira. Pois, segundo a autora, o reconhecimento das potencialidades humanas contribui para o enriquecimento cultural da sociedade, garantindo o lugar social de cada sujeito, não de forma hierarquizada, mas sim de acordo com as aptidões individuais.

Apesar disso, o modelo de escola instituído em nossa sociedade, de posse do caráter coercitivo⁷ legitimado pela família e Estado, tem como objetivo normalizar e controlar o comportamento de meninas e meninos, ajustando condutas desviantes. Contribuindo, assim, para a reprodução de uma identidade de gênero hegemonicamente aceitável. Identidade essa reafirmada e legitimada por vários segmentos da sociedade: família, Estado, Igreja, mídia. Essa divisão de gênero comum na prática escolar apoiada na realidade social estimula meninas ao desenvolvimento de habilidades manuais finas, no cuidado com os afazeres domésticos e a educação dos filhos. Enquanto os meninos tendem a estimular a solução de problemas e o uso da força física. E, de acordo com esse modelo, meninas devem ser belas e recatadas⁸ para serem donas de casa, boas esposas e mães. Enquanto, os meninos são educados para a proteção, virilidade e aventura, não podendo demonstrar fraqueza e sensibilidade.

Nesses padrões reproduzidos na escola, professoras através da autoridade revestida de seu cargo reafirmam a conduta exigida e aceitável para meninas e meninos. Separando práticas, brinquedos, atividades esportivas e intelectuais. Assim como divisão das filas de meninas e de meninos.

Nas aulas de educação física: meninas jogam vôlei ou fazem ginástica localizada e meninos jogam futebol. Além disso, também é possível ouvir discursos das professoras no sentido de que meninos têm mais aptidão para as disciplinas da área das ciências exatas⁹

⁷ Tem a função de exercer um limite, estruturar as ações do homem, seus desejos, anseios e fenômenos sociais, uma força coerciva externa que acomete o indivíduo mesmo contra sua vontade. (DURKHEIM)

⁸ Vale lembrar reportagem da Revista Veja (publicação digital do dia 18/04/2016), sobre Marcela Temer mulher do vice-presidente do Brasil, Michel Temer. A edição tem como manchete: Marcela Temer: bela, recata e “dólar”. Essa publicação gerou repúdio aos leitores e causou polêmica nas redes sociais. O texto da revista tem um teor machista, destacando e valorizando um tipo ideal de mulher dócil e submissa.

⁹ Matemática, Física, Química.

enquanto as meninas têm melhor desenvoltura na área das ciências humanas¹⁰. Assim como meninas têm melhor comportamento que meninos.

Durante as observações realizadas nas escolas, ouvi professoras discorrendo às alunas e alunos sobre seus comportamentos: “menina deve sentar de pernas fechadas”, “menino não brinca de boneca”. Além disso, observei na prática docente de algumas professoras, ou seja, nas atividades desenvolvidas junto aos alunos, a utilização de cantigas populares, as quais definem os lugares sociais de mulheres e homens (mulher faz renda, cuida da casa, entre outras atividades domésticas). Práticas que reafirmam e reproduzem hierarquização de gênero e subordinação das mulheres aos homens, normalizando as condutas aceitáveis para a sociedade.

Com base nessas observações e na minha prática enquanto professora-estagiária, passei a questionar a posição da professora na construção das relações de gênero no ambiente escolar, surgindo assim a questão central deste estudo e suas derivações.

Como a professora contribui, através de suas práticas, na construção das relações de gênero na escola? Derivam outras questões: as práticas da professora podem contribuir para a diminuição da desigualdade de gênero? Quais práticas seriam mais indicadas? Os conteúdos abordados pelas diferentes disciplinas reforçam ou desconstruem relações subordinadas de gênero? As brincadeiras, as músicas refletem relações de gênero?

. A partir destas questões proponho uma hipótese. O caráter educador, formador e especialista da professora, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs¹¹, o permite tratar sobre as relações de gênero em sala de aula de uma forma conceitual, sem preconceito e com propriedade do assunto, pois segundo os PCNs – Orientação Sexual.

“A questão de gênero se coloca em praticamente todos os assuntos trabalhados pela escola, nas diferentes áreas. Estar atento a isso, explicitando sempre que necessário, é uma forma de ajudar os jovens a construir relações de gênero com equidade, respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a ser pessoas mais abertas e equilibradas.” (PCNs-ORIENTAÇÃO SEXUAL)

¹⁰ Literatura, Língua Portuguesa, Geografia, História.

¹¹ Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação básica em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

Dessa forma, a função da professora de educar para transformar a sociedade do futuro seria para a mudança do pensamento da sociedade para a igualdade de gênero, o fim da discriminação e preconceito. Contudo, a professora carrega consigo, além do conhecimento formal (científico), sua formação social, política, ideológica, bem como religiosa, o que certamente aparecerá em seu discurso e prática. Diante disso, nem sempre sobrevém a chamada neutralidade por parte da professora para não ocorrer a reprodução e reiteração da desigualdade de gênero, assim como a homofobia.

A discussão em torno das relações de gênero na escola está na agenda do dia diante do contexto social, cultural e econômico do Brasil, tendo em vista que a escola e a professora são agentes de transformação e formação de opinião. É preciso que as discussões sobre a discriminação, preconceito e equidade de gênero estejam em pauta também no ambiente escolar, uma vez que mesmo depois de mais de um século de lutas, as mulheres ainda são consideradas, mesmo que de forma simbólica por alguns segmentos da sociedade como incapazes ou objetos de prazer, através de sua erotização, ficando expostas a inúmeros tipos de violência: física, institucional, intrafamiliar, moral, patrimonial, psicológica, sexual.

A discriminação no mercado de trabalho também é uma realidade que se mantém. As mulheres, segundo o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada chegam a receber até sessenta por cento menos que os homens por 40 horas semanais de trabalho. Cabendo referência ao filme “As Sufragistas” (2015), ele narra a luta das mulheres inglesas pelo direito ao voto no início do Século XX. O filme aborda especificamente um grupo militante que decide coordenar atos de insubordinação, quebrando vidraças e explodindo caixas de correio, para chamar a atenção dos políticos locais à causa. Maud Watts personagem de Carey Mulligan, trabalhadora de uma lavanderia, descobre o movimento e passa a cooperar com as novas feministas. Ela enfrenta a polícia, o marido, os vizinhos, a prisão, mas entende que o combate pela igualdade de direitos merece alguns sacrifícios, até ser expulsa de casa e ser proibida de ver seu filho. Em depoimento no parlamento esse personagem afirma que mulheres trabalham mais horas que os homens e em condições adversas e recebem seis vezes menos que eles, além de terem uma curta vida profissional, devido aos inúmeros problemas de saúde adquiridos em decorrência da insalubridade à qual são submetidas diariamente. É abordado no filme o abuso sexual sofrido pelas mulheres no ambiente de trabalho. Fato de extremo constrangimento para as vítimas, tendo em vista que a manutenção do emprego depende da aceitação de sua prática.

Ou seja, compreendendo que a obra de arte cinematográfica, acima referida, ilustra a condição do trabalho feminino na história, não é surpreendente que, ainda nos dias atuais, persista a desigualdade e a exploração no trabalho, assim como a luta por melhores condições e equidade. O Assédio sexual continua sendo uma realidade, bem como a exploração do trabalho feminino. Nesse contexto de exploração e de desigualdade é comum ouvirmos o discurso de que a mulher (vítima) é a culpada pelo comportamento ou pelas roupas usadas. No ambiente escolar não é incomum ouvir frases do tipo: “elas pedem, olha só a roupa que essa aí está usando”. “Elas usam decote e roupa curta para seduzir os professores.”

Durante abordagem do tema gênero em sala de aula, nos estágios docentes em Ciências Sociais, verifiquei que o posicionamento de alunas e alunos era algumas vezes diferente no que tange a coisas de meninas e coisas de meninos (brincadeiras/brinquedos, cores, profissões, entre outras). Esse fato me gerou curiosidade sobre a contribuição da professora na construção das relações de gênero no período escolar no sentido da reprodução e reiteração de comportamentos “aceitáveis” para meninas e meninos. Até onde a professora é responsável pela manutenção da desigualdade de gênero e homofobia pelo fato de emitir opiniões a partir de seus pré-conceitos, sem responsabilidade científica ou social? Ou até mesmo de se omitir diante de expressões utilizadas em sala de aula? Essa curiosidade gerou-me um posicionamento mais crítico sobre o comportamento da professora e sua contribuição na construção das relações de gênero durante o período escolar, tendo em vista que esse profissional da educação está formando cidadãos para a sociedade.

Dessa forma, interessa-me pesquisar a importância do papel da professora na construção do gênero e a discussão das relações de gênero nas práticas escolares, para a constituição de uma sociedade menos desigual e mais democrática.

Na maioria das vezes o trabalho desenvolvido na escola enfatiza apenas o viés biológico de acordo com as disciplinas, sem abordar a questão de gênero e suas relações. Conforme (FELIPE 2009) gênero e sexualidade são conceitos indissociáveis, vinculados às relações de poder entre os indivíduos e grupos sociais. E o quanto é importante levar em consideração as interações sociais estabelecidas entre mulheres e homens a partir das relações desiguais de poder. Não obstante, vale lembrar os inúmeros casos de violência sexual, e de mulheres assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros, entre outros crimes praticados contra a mulher. No Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015, no ano passado 47.646 mulheres foram estupradas, sendo que somente cerca de 35%

dos crimes sexuais são notificados. Os estupros coletivos que ocorreram no Piauí e Rio de Janeiro, amplamente divulgados na mídia reascenderam discussões acerca do crime de violência sexual, que refletem a desigualdade e reafirmam concepções machistas, ajustadas na ideia de inferioridade das mulheres.

Diante deste contexto de violência contra a mulher e de tantas desigualdades é que vem a necessidade de discussão das relações de gênero no ambiente escolar. E do desenvolvimento de propostas pedagógicas para a criação de atividades voltadas para a equidade de gênero, onde a sexualidade não seja tratada somente como uma questão biológica, mas como uma construção histórica, social e cultural. Para tanto, é necessária a desconstrução do senso comum entre os alunos acerca de machismo e feminismo através de seus significados, bem como a utilização de expressões de cunho machista, do tipo: “mulher no volante, perigo constante”, “mulher tem que esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque”, onde os alunos compreendam o grau de violência simbólica que carregam.

É importante ainda que se faça uma reflexão acerca dos discursos sexistas para, desta forma, percebermos a sua existência entranhada na sociedade de tal forma que um simples ditado popular carrega um peso sem fim de preconceito, machismo e violência. Desta forma, poderemos desenvolver novos discursos e representações alternativas que com o tempo serão incorporados à realidade.

1.1 Metodologia da pesquisa

A pesquisa qualitativa¹² foi a base principal para a realização deste trabalho. A observação direta o principal instrumento de pesquisa, tendo em vista que o objeto de estudo requer observação, descrição, análise e desenlace de práticas de professores e alunos em sala de aula com relação à construção de gênero.

A observação direta tem como particularidade o contato direto e prolongado do pesquisador com o sujeito e seu contexto. Além disso, a inserção e a interação do pesquisador devem ser com responsabilidade e reflexão diante do pesquisado, o que possibilitará o desenvolvimento da pesquisa e obtenção de resultados. Assim:

¹² A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO. 2001. p.15)

“a observação direta é sem dúvida a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana. É se engajar em uma experiência de percepção de contrastes sociais, culturais, e históricos” (ECKERT; ROCHA. 2008. p. 2)

Dessa forma, a escolha por este método de pesquisa ocorreu por ser compreendido como o melhor para a apreensão das práticas de professores e alunos. As falas, os olhares, o comportamento e intervenções de professores e alunos precisam ser apreendidos na íntegra, para a compreensão dos detalhes e nuances das relações sociais dos sujeitos sem prejuízos ou falsas interpretações por parte do pesquisador. Desta forma:

“A inserção no contexto social objetivado pelo (a) pesquisador (a) para o desenvolvimento do seu tema de pesquisa, o (a) aproxima cada vez mais dos indivíduos, dos grupos sociais que circunscrevem seu universo de pesquisa. Junto a estas pessoas o (a) pesquisador (a) tece uma comunicação densa orientada pelo seu projeto de intenções de pesquisa.” (ECKERT; ROCHA. 2008. p.6)

Conforme a afirmação das autoras, minha inserção ocorreu na escola de modo que eram necessárias as observações acerca do tema sobre o papel da professora na construção das relações de gênero no ambiente escolar. Essas observações iniciaram-se durante o período da Disciplina de Estágio de Docência em Ciências Sociais I e II. Efetuei então o Estágio Docente I em escola pública de ensino médio no bairro Cavallhada ocorrido entre os meses de março a julho de 2015 e Estágio Docente II em escola pública de ensino médio no bairro Tristeza ocorrido entre os meses de agosto a dezembro de 2015. O período inicial de observações e posteriormente as aulas por mim ministradas durante o período dos estágios I e II possibilitaram que eu pensasse sobre o tema e pudesse analisar e compreender melhor esse processo.

Dessa forma, durante os dois semestres em que realizei os estágios obrigatórios do curso de Licenciatura em Ciências Sociais eu tive a oportunidade de observar as práticas de professores e as expressões utilizadas, seu comportamento em relação às alunas e alunos, bem como o comportamento de alunas e alunos em relação às questões de gênero, desigualdade entre homens e mulheres, preconceito, entre outros.

No próximo capítulo proponho que nos debruçemos no passado. Realizarei uma breve contextualização histórico-social da escola no Brasil, seus fins e meios. Como iniciou e para quem se destinava a educação formal. A separação por gênero na escola, a diferenciação na educação de meninas e meninos e conteúdos destinados aos sexos feminino e masculino. A legislação brasileira a partir da Constituição de 1942, onde a educação passa a ser direito de todos, e de responsabilidade do Estado e da família, também será enfocada.

2 A ESCOLA

2.1 O início da escola no Brasil

A escola no Brasil sempre foi um lugar de diferenciação e divisão social e sexual. Basta nos debruçarmos na história e verificaremos períodos em que apenas meninos de famílias tradicionais e abastadas tinham acesso à educação. Mulheres e pobres não eram contemplados nos modelos de escola.

A escola, segundo (BITAR, FERREIRA. 2007) ¹³ inicialmente foi pensada por padres católicos para catequizar os índios e os filhos órfãos de portugueses. Posteriormente para os filhos de fazendeiros e escravos. Contudo, vale salientar que aqueles primeiros alunos da educação formal do Brasil eram somente meninos.

Teatro, poesia, cantos e danças eram utilizados pelos padres para conquistar e envolver as crianças nos ensinamentos cristãos, adaptando crenças indígenas e mundanas às normas cristãs aceitáveis para a época. Os hábitos dos nativos de nudez e bigamia eram transformados de forma didática e lúdica para uma forma considerada mais cristã de viver. Assim, a educação foi planejada a partir de princípios cristãos, dentro de uma norma rígida de conduta.

Até meados do séc. XVIII (período em que a educação no Brasil esteve sob os domínios de padres jesuítas), o aprendizado iniciava pela doutrina cristã, passando por Humanidades, Teologia, Direito Canônico e Filosofia. Ao fim dessas etapas os filhos de ricos fazendeiros com regularidade iam para universidades na Europa para conclusão dos estudos. Enquanto isso, os filhos dos escravos e imigrantes aprendiam a arte de ofícios manuais para abastecer o mercado interno com mão de obra.

Após a expulsão dos jesuítas, Marquês do Pombal, ¹⁴ Secretário de Estado do Reino de D. José I Rei de Portugal (1750-1777) procurou organizar a educação para que essa fosse laica e de responsabilidade do Estado. No entanto, devido a forte influência católica dos governantes do Brasil, a religião permaneceu presente, tendo em vista que os professores na

¹³ Docentes do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar)

¹⁴ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o marquês de Pombal, iniciou uma reforma da Educação com o objetivo de modernizar o reino de dom José I (1714-1777).

maioria das vezes eram padres, por serem os indivíduos com maior escolaridade e conhecimento para exercer atividade de professor¹⁵.

A partir da Era Vargas, segundo Maria Cristina Gomes Machado¹⁶, a educação se popularizou. Paulo Freire e o movimento denominado Escola Nova, que tinha no Brasil Anysio Teixeira e Lourenço Filho como principais signatários, defendiam a escola pública, gratuita e laica, tendo em vista que na década de 1920 o analfabetismo atingia o índice de oitenta por cento da população. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova trouxe à tona a discussão da educação para toda a população independente de classe social e sexo.

Na década de 1930, a educação já era de responsabilidade do Estado, porém as igrejas, principalmente a Católica possuíam muitas instituições de ensino, visto que o país tinha a Religião Católica como oficial. Fato que aparece na elaboração da Constituição de 1934, onde, contrariando o princípio da escola laica, estabelece que o ensino seja ministrado conforme a orientação religiosa do aluno, porém, definindo que a educação deveria ser ministrada pelos Poderes Públicos¹⁷. Conforme segue abaixo:

“Art. 149 - A educação é direito de **todos** e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana”.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm) Acessível em 23/05/2016

Nesse sentido, o Estado percebe a necessidade de universalização da Educação para a construção e desenvolvimento da nação. Mas que tipo de nação? E, para quem seria essa nova nação que pretendiam construir?

Conforme (RIBEIRO 1981), após a constituição de 1934, os escolanovistas Fernando de Azevedo e Anysio Teixeira, trouxeram dos Estados Unidos e Europa novas ideias e técnicas pedagógicas, porém difíceis de serem implantadas no Brasil, tendo em vista, as diferenças apresentadas pelo Brasil em relação àquelas sociedades e:

"Ao proporem um novo tipo de homem para a sociedade capitalista e defenderem princípios ditos democráticos e, portanto, o direito de todos se desenvolverem

¹⁵ Título original: De onde vem e para onde vai a escola Publicado em NOVA ESCOLA Edição 263, JUNHO/JULHO 2013.

¹⁶ Professora associada da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

¹⁷ Título original: De onde vem e para onde vai a escola Publicado em NOVA ESCOLA Edição 263, JUNHO/JULHO 2013.

segundo o modelo proposto de ser humano, esquecem o fato fundamental desta sociedade, que é o de estar ainda dividida em termos de condição humana entre os que detêm os meios de produção, isto é, entre dominantes e dominados (RIBEIRO, 1981, p. 116)"

Dentro dessa separação está a de gênero, as mulheres continuavam tendo uma educação diferenciada, conforme será apresentado a seguir.

2.2 Separação por gênero na escola

A separação por gênero na escola ocorria logo após o quarto ano do ensino primário. A recomendação¹⁸ dada às escolas era a organização separada das turmas. Meninas e meninos somente ocupavam lugares lado a lado nas carteiras dos anos iniciais na escola. Já no ginásio e no colegial ocorria a sua separação, meninas e meninos passavam a ficar em turmas separadas. Tendo em vista, segundo intelectuais da época como Rui Barbosa, (BARBOSA, 1947 apud HAHNER, 2011), durante o período dos onze aos dezoito anos seria um mal muito grande para a fisiologia da mulher educá-la sobre mesmos bancos e na mesma organização pedagógica e regime disciplinar dos homens.

No ano de 1846 houve a criação de Escolas Normais, contudo essas eram somente para a educação de rapazes. Diante disso, uma luta feminina iniciou-se em prol da conquista por seu direito ao ingresso nessas instituições de ensino. Porém, somente a partir de 1876 em São Paulo foi criada uma seção para atender o público feminino com atividades básicas para os cuidados com lar, filhos e família.

Apesar de em 1939 ter sido criado o primeiro curso de Pedagogia na Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), os professores continuavam a se formar nas Escolas Normais, onde o currículo era pouco específico e oferecia disciplinas como higiene e trabalhos manuais.

A separação por gênero também se dava em relação aos professores. Nos anos iniciais da escola professoras do sexo feminino eram maioria, contudo, abandonavam com regularidade sua atividade ao se casarem, já que aprenderam na escola que o dever da mulher era cuidar de seu marido, filhos e casa. As meninas deveriam ser educadas para serem boas donas de casa e boas esposas.

¹⁸ Decreto nº 7.249 de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio redigido por Carlos Leôncio de Carvalho .

No Ginásio e no Colegial havia a atuação de um maior número de professores do sexo masculino, esses geralmente formados em áreas como Direito e Filosofia, demonstrando uma clara hierarquia de gênero. Homens tinham acesso a cursos universitários nos quais as mulheres não podiam ingressar. Pois, segundo o discurso naturalista citado na obra de (PERROT, 2001) existiam duas espécies, cada qual com qualidades e aptidões próprias: “Aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”.¹⁹ Homem/mulher, razão/emoção, público/privado, onde sempre a mulher fica em plano secundário. Está permanentemente em situação de submissão ao homem, deixando clara a ideia de superioridade do homem em relação à mulher. Ao homem é destinada esfera pública e às mulheres a privada. Nesse sentido, cabe lembrar o termo homem público se refere ao homem do povo, que se consagra à vida pública, enquanto mulher pública significa prostituta. Assim, não restava às mulheres se não o cuidado com a casa, os filhos a família.

2.3 Educação feminina

Segundo (HAHNER, 2011) a educação feminina no Brasil, ou seja, seu letramento, foi admitido pelo Estado para cumprir a um ideal político planejado para o país. Nesse ideal político educação e liberdade seriam vigiadas para mulheres e negros, pois estes estariam à margem dos interesses do Estado. “Educa-se porque é conveniente, liberta-se para gerar mais lucros”.

Assim, na década de 1870, com a necessidade de reorganizar a economia e a política do país, a educação seria um elemento essencial para o desenvolvimento do Brasil. Para tanto havia a necessidade de melhoramentos na educação feminina, porém, com destaque à maternidade, a qual era relacionada ao progresso e ao patriotismo, tendo em vista o poder da mulher para orientar o desenvolvimento moral de seus filhos e a formação de bons cidadãos para a Nação. Nesse sentido, era preciso educar a mulher para formar a mãe da família. Ligando assim a educação da mulher à ideia de destino nacional.

Nesse sentido, Machado fala que:

“O significado da educação oscila permanentemente entre os dois polos: a conservação e a transformação. O aumento do mundo pelo aparecimento do novo,

¹⁹ Publicado em NOVA ESCOLA Edição 263, JUNHO/JULHO 2013.

resultante dos processos de autoria, de criação, é da mesma estirpe dos processos associados a transformações na ordem vigente, ou à manutenção da mesma. As ações educacionais da família ou da escola, em seus diversos níveis de ensino, referem-se inevitavelmente, ao cultivo e à manutenção da ordem vigente ou ao estabelecimento de uma nova ordem, projetada a partir de valores socialmente acordados.” (MACHADO, 2008.p. 87).

Dentro de um ideal de sociedade, com a perspectiva de difusão da instrução necessária de educar a mulher, esse era vinculado não somente à modernidade dessa sociedade, mas também a construção da cidadania dos jovens e à higienização da família. Segundo (LOURO, 2001), exista uma preocupação em separar do conceito de trabalho toda a carga negativa vinculada à escravidão, procurando dar novo significado a ele, dessa vez, voltado à ordem e ao progresso. E essa nova orientação era reforçada por políticos e dirigentes dentre as camadas populares. Conforme segue:

“Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores do país. Àquelas que seriam as mães dos líderes, também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior. (...) E a chave principal desse projeto educativo seria uma sólida formação cristã, (...) tendo a Virgem Maria como modelo tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina”. (LOURO, 2001, p. 447).

A argumentação da autora define a educação feminina como voltada ao casamento, à maternidade e à pureza feminina, motivo de cuidados e preocupações das famílias. O letramento que num primeiro momento era fundamental para as moças conseguirem bons casamentos e educarem seus filhos passou a ser um problema. As mulheres passaram a ter acesso a romances fabulosos que poderiam transformar seu comportamento. A partir da leitura as solteiras passariam a sonhar com paixões avassaladoras e uniões felizes, fato gerador de preocupações dos membros mais conservadores da sociedade de que as famílias já não preparavam suas filhas para o casamento, pois elas passavam a pensar serem “princesas” e que seus “príncipes” chegariam num cavalo branco para satisfazer suas vontades. Sendo assim, o casamento seria uma frustração ao perceberem o abismo entre a fábula e a realidade, e o casamento logo viraria um inferno.²⁰

Contudo, a educação passou por inúmeras transformações. Legislações foram criadas, determinando as orientações curriculares. Meninas e meninos passaram a frequentar as

²⁰ <https://christianfamily13.wordpress.com/2009/11/12/educacao-feminina>

mesmas escolas, e, essas passaram a ser ambientes multiculturais de interação e transformação social.

2.4 A escola contemporânea

A escola contemporânea vai muito além do ambiente da educação formal. Ela também é local de sociabilidade, desenvolvimento de criatividade e de reflexão política e social. Relações sociais das mais diversas são estabelecidas, onde professoras e alunos além de agentes da construção do conhecimento são produto e produtores de um rico sistema social. Nesse sentido, a escola é um local de múltiplas relações sociais entre os agentes envolvidos: professoras, alunos, funcionários e comunidade. É um espaço democrático de multiplicidade cultural, homogeneização e transformação social que dá voz a inúmeros corpos.

“A escola é um espaço onde é possível observar a emergência de conflitos em torno da visibilidade desses novos grupos sociais que buscam afirmar suas formas de vida até então subjugadas. A reação a esses grupos e suas pautas e assuntos polêmicos se dão de uma forma muitas vezes conflitiva e até violenta. Seus comportamentos tidos como estranho e/ou impuros parecem não só rondar o território escolar, mas também compô-lo, o que exacerba as disputas entre grupos. Tais disputas não são apenas opiniões distintas sobre um tema, elas são lutas em torno do poder de ditar as normas do gênero e da sexualidade”. (SILVA, SOARES. 2014. p.142)

Nesse contexto, é notório que a escola contemporânea abriga uma infinidade de sujeitos e que esses sujeitos lutam por espaço e direitos sociais.

Desde os anos iniciais até o ensino médio meninas e meninos convivem no mesmo ambiente, não havendo diferenciação no planejamento pedagógico de acordo com o sexo. Contudo, ainda pode ser percebida uma separação de meninas e meninos nas filas e também em aulas de educação física. Apesar da democratização do espaço escolar e da unificação da educação para meninas e meninos este tipo de situação apresenta uma clara separação e distinção entre os sexos, fato que nem sempre representa meramente uma reprodução das ações das professoras, sem uma intencionalidade aparente.

Durante o período em que estive nas escolas realizando os estágios docentes, verifiquei que o espaço escolar havia se transformado, tornando-se realmente mais democrático em relação ao tempo em que cursei a escola básica: lá se vão mais de vinte anos. Os currículos tem uma maior flexibilidade, os alunos apresentam mais autonomia, liberdade, os professores são mais acessíveis. Contudo, o discurso da construção relacional de gênero continua presente. É frequente ouvir professores e alunos comentando sobre as roupas e comportamento das alunas: “olha só o comprimento do *short* dessa menina, tá pedindo”,

“aquela ali, já passou na mão de todo mundo, já ficou com meio colégio”, “Maricota, senta como mocinha. Como professora? Com as pernas fechadas!”. Esses discursos reforçam e reproduzem a desigualdade de gênero, demonstram que o exercício do poder, está organizado em discursos e práticas presentes na escola, aceitos ou contestados, mas presentes. Nesse sentido é importante a problematização e a discussão de práticas sociais e culturais com a comunidade escolar para a desconstrução da hierarquização e subordinação de gênero.

Cabe lembrar que a escola é um dos espaços principais para a construção de uma sociedade menos desigual. Apesar do grande desafio, de transpor as fronteiras entre os gêneros e as relações de poder nelas existentes.

Não obstante, podem ser verificadas no ambiente escolar, práticas docentes e conteúdos que continuam reproduzindo as relações de poder: hierarquização e subordinação sexual das mulheres aos homens. Através de cantigas populares escutadas em salas de aula, que reafirmam a posição subalterna da mulher, sua aptidão aos trabalhos domésticos e predestinação ao casamento. Bem como, expressões de cunho machista como: “coisa de mulherzinha”- expressão machista que inferioriza os assuntos femininos. “Essa é uma mulher de respeito”- todas as mulheres são de respeito, indiferente de suas escolhas. “Toda a mulher deve lutar pelos seus direitos, desde que, não atrapalhe o serviço da casa”.

Diante desse contexto, ao assumir as turmas para ministrar aulas durante o estágio docente, procurei questionar os alunos sobre temas que gostariam de abordar, suas escolhas foram: drogas, preconceito, sexualidade, aborto, violência. Dentro dessas sugestões propostas pelos alunos, devido ao pouco tempo para trabalhar os temas, procurei tratar algo mais abrangente: desigualdade de gênero que acabou englobando violência, sexualidade, aborto e preconceito.

Ao apresentar o tema sobre desigualdade de gênero, expus conceitos, vídeos sobre a violência de gênero, dados oficiais do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, sobre diferenças salariais entre mulheres e homens, taxa de desemprego, escolaridade, entre outras e propus atividades. Uma das atividades mais emblemáticas foi a das coisas de meninas e coisas de meninos, onde montei duas colunas e pedi aos alunos que falassem cores, brincadeiras, profissões, entre outras. Foi uma atividade surpreendente, pois os alunos demonstraram não ter alguns preconceitos que eu imaginava que teriam.

Durante essa atividade surgiram inúmeros questionamentos dos alunos e revelações com relação a comportamentos aceitáveis ou não aceitáveis de homens e mulheres, bem como discussões acaloradas acerca do assunto. A seguir algumas das discussões:

Menino 1: - “Professora, o cara fica com uma gurria, aí ela vai lá e trai o cara. O cara vai fazer o que? Ah, vai encher de porrada mesmo”.

Menina 1: - “Nada a ver meu, se a mina traiu é porque o cara não deu conta”.

Menina 2: - “Só porque ela traiu não quer dizer que mereça apanhar, não justifica”.

Menino 2: - “O cara tem que procurar outra gurria que dê valor para ele. Essa não merecia ele”.

Menina 3: - “Tá, e se fosse ao contrário, se o cara traiu a mina, ele merece levar uns tapas”?

Menino 1: - “Aí não né? É normal”!

Menina 4: - “Merece do mesmo jeito”.

Essa discussão levou bastante tempo para terminar, mas a conclusão a que chegamos é que mulheres e homens têm os mesmos direitos e todos merecem respeito. A traição somente por parte dos homens não é algo natural, bem como agressão contra a mulher é um crime com legislação específica, Lei 11.340/ denominada Maria da Penha²¹.

Outra discussão também muito acirrada foi em torno das cores e brincadeiras, onde apareceram comentários do tipo:

Menino 1: - “Eu gosto de cor de rosa professora, será que eu sou gay e não sei”.

Menino 2: - “Ih, sai de perto de mim meu”.

Menino 3: - “Nada a ver meu, sexo não tem cor”.

Menina 1: - “Eu uso azul e gosto de menino”.

Menina 2: - “Meu namorado usa rosa e não tem nada a ver”.

Vários meninos: - “O meu se tu tá desconfiado que é veado, acho que tu é heim”! “É, tu é gay, tu é gay que eu sei”. (risos)

²¹ Lei Maria da Penha: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Meninas: - “Nada a ver, né profe, não existe mais isso de cor de menina e cor de menino né. Meu pai usa camisa rosa e não é veado”.

Essa discussão também nos levou a reflexões acerca de cores, brincadeiras, profissões. Não existem coisas de meninas e coisas de meninos. Meninas podem jogar futebol, meninos podem brincar de bonecas e usar cor de rosa, sem, contudo, explicitar através disso sua sexualidade. Fazem a atividade ou usam a cor pelo simples fato de gostarem. Cabeleireiros não necessariamente são homossexuais. Mulheres podem ser mecânicas e trabalharem na construção civil. Por que não? Além dessas, outras discussões foram muito enriquecedoras, as quais trouxeram para a sala de aula acontecimentos do cotidiano dos alunos relacionados a relações de gênero, violência, preconceito e homofobia.

É imprescindível que a professora não deixe a discussão dos alunos ficar no senso comum, sem que haja sua manifestação. Esclarecer dúvidas e realizar uma reflexão sobre o assunto abordado contribui para que aumente a compreensão relacionada às questões de gênero, preconceito, dentre outras. Contudo, é necessário que a professora tenha argumentos para esclarecer, porém sem, a utilização de juízo de valores, preconceito ou violência, pois o papel da educação é o de preparar cidadãos e não o de reproduzir o mal que deve ser combatido.

A seguir serão abordadas as contribuições das professoras na constituição das relações de gênero na escola.

2.5 As professoras

Para melhor entendimento da figura da professora e da escola na construção das relações de gênero é preciso compreender seu papel na sociedade, qual seja, a produção de identidades aceitáveis por essa sociedade. Tendo em vista o investimento significativo que é feito nas instituições sociais: família, escola, igreja, para a construção e manutenção da heteronormatividade. Conforme o que segue:

“a sociedade busca intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, fixar uma identidade masculina ou feminina “normal” e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero “normais” a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual”. (LOURO 1997, 1998 apud LOURO 2001. p. 26)

Nas escolas onde realizei os estágios docentes, observei que a instituição, bem como as professoras se mantem nessa posição de manutenção da ordem social na construção do gênero e de suas relações. Ratificando os argumentos abaixo:

“[...] a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, par depois da escola, para a vida adulta. [...] Aqueles e aquelas que se atreverem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam “marcados” como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar.” (LOURO, 2001. p.26)

A argumentação da autora remete as expressões que ouvi de professores com relação ao comportamento e roupas das meninas, referentes à grande exposição sexual através dos inúmeros relacionamentos e das roupas curtas, decotadas e transparentes. Fato causador de desconforto e constrangimento nos professores que acabam não sabendo como lidar com as questões da sexualidade desses jovens.

Nesse sentido outro fato a que convém lembrar é o movimento do “*vai ter shortinho sim*”²², ocorrido do início do ano letivo de 2016, amplamente comentado na mídia. Fatos

²² O movimento segundo o site G1 um grupo de alunas com idades entre 13 e 17 anos deu início a um movimento contestando as regras de vestuário do Colégio Anchieta. O abaixo-assinado nomeado “Vai ter shortinho, sim” é destinado a coordenadores e diretores. As alunas dizem que a instituição não permite o uso de shorts nas dependências da escola. “Nós, alunas do ensino fundamental e médio do Colégio Anchieta de Porto Alegre, fazemos uma exigência urgente à direção. Exigimos que a instituição deixe no passado o machismo, a objetificação e sexualização dos corpos das alunas; exigimos que deixe no passado a mentalidade de que cabe às mulheres a prevenção de assédios, abusos e estupros; exigimos que, ao invés de ditar o que as meninas podem vestir, ditem o respeito. Regras de vestuário reforçam a ideia de que meninas tem que “se cobrir” porque garotos serão garotos; reforçam a ideia de que assediado é da natureza do homem e que é responsabilidade das mulheres evitar esse tipo de humilhação; reforçam a ideia de que as roupas de uma mulher definem seu respeito próprio e seu valor. Ao invés de humilhar meninas por usar shorts em climas quentes, ensine estudantes e professores homens a não sexualizar partes normais do corpo feminino. Nós somos adolescentes de 13-17 anos de idade. Se você está sexualizando o nosso corpo, você é o problema. Quando você interrompe a aula de uma menina para forçá-la a mudar de roupa ou mandá-la pra casa por que o short dela é “muito curto”, você está dizendo que garantir que os meninos tenham um ambiente de aprendizagem livre de “distrações” é mais importante do que garantir a educação dela. Ao invés de humilhar meninas pelos seus corpos, ensinem os meninos que elas não são objetos sexuais. Ao invés de ensinar que a minha decência e o meu valor dependem do comprimento do meu short ou do tamanho do meu decote, ensine aos homens que eu sou a única responsável pela definição da minha decência e do meu valor. Ensine aos homens o respeito, desconstrua o pensamento de que a roupa de uma mulher decreta se ela é ou não merecedora de respeito. O Colégio Anchieta diz ser um colégio que ensina a pensar e fazer o futuro, mas nós não vemos nada de futuro em suas aulas e suas políticas. Não discutimos temas atuais, fenômenos sociais; não aprendemos política; nunca ouvimos falar de feminismo, machismo, sexismo, racismo e xenofobia em sala de aula; não aprendemos sobre opressão de classe, gênero e raça; não nos falaram sobre o desastre da Vale/Samarco nem sobre as operações anticorrupção acontecendo no Brasil; não nos explicam sobre cotas para universidade; não nos ensinam a diferença entre opinião e discurso de ódio; não nos ensinam o mínimo para compreender e para viver em sociedade. A prioridade é ensinar para o ENEM e vestibulares, entendemos. Mas a educação social e política não pode ser deixada de lado. É por meio dela que construiremos uma geração melhor que a anterior; é por meio dela que criaremos um mundo onde mulheres não serão julgadas e humilhadas pelas roupas que escolhem vestir, pela forma que tem ou por quantas pessoas já transaram; é por meio dela que acabaremos com a realidade de que, a cada 2 minutos, 5 mulheres são espancadas no Brasil e, a cada 11 minutos, 1 é estuprada; é por meio dela que criaremos um mundo onde cotistas não precisarão ouvir que “roubaram a vaga” de alguém que estudou a vida inteira em colégio particular; um mundo onde mães de crianças negras tenham certeza de que, no fim do dia, seus filhos voltarão pra casa; um mundo onde não perderemos mais vidas para a Guerra Às Drogas; onde mulheres não morrerão em clínicas clandestinas

como esse demonstram o quanto à escola é um ambiente reprodutor do machismo inculcado na sociedade.

Contudo, cabe lembrar que o Ministério da Educação, através dos PCNs – Orientação Sexual demonstra sua preocupação em abordar o tema no ambiente escolar, pois conforme sua apresentação:

“Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro”. (Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.)

Assim, as discussões sobre temas relacionados a gênero e suas relações, devem ser tratados no ambiente escolar, em sala de aula. E, devido a sua transversalidade, as professoras através de atividades elaboradas nas diferentes áreas do conhecimento podem trabalhar em conjunto ampliando a rede de conhecimentos. Conforme expressa a proposta da PCN – Orientação Sexual:

“A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social. As crianças e adolescentes trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, além do que recebem pelos meios de comunicação. A Orientação Sexual deve considerar esse repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas. A escola não substitui nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos. Como um processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos”. (Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 67)²³

de aborto; onde a religião e a política não se misturarão; onde o capital não será mais importante do que a vida; onde os problemas de hoje serão solucionados. Nós, alunas do ensino fundamental e médio do Colégio Anchieta, nos recusamos a obedecer a regras que reforçam e perpetuam o machismo, a cultura do estupro e slut shaming." (<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/alunas-fazem-mobilizacao-pelo-uso-do-shorts-em-escola-de-porto-alegre.html>) Acesso em: 19/06/2016)

²³ <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> Acessível em 24/05/2016

De acordo com as orientações do PCN, as professoras são sujeitos importantes no processo pedagógico devido a sua formação profissional, contudo, utilizam suas referências sociais como parâmetro para julgar e classificar as alunas e alunos. Fato que pode ser prejudicial e que pouco contribui para a construção das relações de gênero, por carregarem consigo uma reprodução da violência simbólica²⁴.

Essa violência simbólica está tão entranhada no comportamento dos agentes da educação que muitas vezes não é percebida. Mas, são demonstradas a partir de suas escolhas didáticas. Alguns materiais escolhidos para apresentação dos conteúdos em sala de aula acabam por conter, na maioria das vezes, embora de modo sutil, uma infinita quantidade de preconceitos que ditam regras socioculturais para a construção de mulheres e homens e criam processos de desigualdade. Um desses conteúdos são as cantigas populares que serão abordadas no próximo capítulo.

²⁴ Tal reconhecimento prático assume, muitas vezes, a forma da emoção corporal (vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade), em geral associada à impressão de uma regressão a relações arcaicas, aquelas características da infância e do universo familiar. Tal emoção se revela por manifestações visíveis, como enrubescer, o embaraço verbal, o desajeitamento, o tremor, diversas maneiras de se submeter, mesmo contra a vontade e a contragosto, ao juízo dominante, ou de sentir, por vezes em pleno conflito interior e na “fratura do eu”, a cumplicidade subterrânea mantida entre um corpo capaz de desguiar das diretrizes da consciência e da vontade e a violência das censuras inerentes às estruturas sociais (BOURDIEU, 2001, p.205)

3 CANTIGAS DE RODA

3.1 Sobre as cantigas de roda

As cantigas de roda, um tipo de canção popular comum no Brasil, faz parte do folclore brasileiro. Elas possuem um caráter folclórico e consiste em formar grupos com várias crianças para brincadeiras de roda para cantar e dançar as músicas. Essas músicas possuem melodia e ritmo de acordo com a cultura local e letras de fácil compreensão e temas próximos à realidade das crianças ou seu universo imaginário.²⁵

A prática de roda ou ciranda já não é mais tão presente nas brincadeiras das crianças devido às novas tecnologias. No entanto, ainda são utilizadas nas escolas para entretenimento ou prática pedagógica. Motivo pelo qual se deve prestar atenção nas letras.

Essas cantigas populares apresentam algumas características específicas tais como: letras fáceis de memorizar, rimas, repetições e trocadilhos, fazendo da música uma brincadeira. Contudo, essa brincadeira ingênua pode estar recheada de expressões machistas e preconceituosas que acabam sendo ensinadas para as crianças e adolescentes através da figura da professora. E, dessa forma a desigualdade de gênero e o machismo, bem como o preconceito, acabam se perpetuando e sendo reproduzidos no ambiente escolar pelo fato de conter elementos com esse teor.

As cantigas analisadas foram utilizadas em sala de aula, por professoras que observei durante meus estágios. Embora sejam meras rimas e brincadeiras com pouca representatividade, mencionam fatos do cotidiano de mulheres e homens, os quais estão naturalizados, não despertando atenção para os menos avisados. Professoras e alunos, diante das adversidades diárias existentes na educação acabam não se atentando ao teor das cantigas que são meras reproduções de uma época passada.

Dessa forma, procurei analisar algumas cantigas populares muito conhecidas e reproduzidas nas brincadeiras em escolas. Selecionei algumas músicas que apresentarei no subcapítulo a seguir juntamente com minha crítica. Essas cantigas eram utilizadas em salas de aula durante atividades observadas no período que realizei a pesquisa.

²⁵ <https://ofolclorebrasileiro.wordpress.com/cantigas-de-roda-3/>. Acessível em: 12/05/2016

3.2 As cantigas de roda

A cantiga “Na mão direita” apresenta um trecho, este grifado por mim, que demonstra claramente o conteúdo machista. De forma explícita a frase demonstra que a mulher faceira deve ser rejeitada, enquanto que a boa companheira é que deve ser valorizada. A mulher segundo esta cantiga, não deve ser alegre, expansiva, “faceira”, deve apenas ser companheira, dando a entender que a mulher para ser companheira deve ser discreta e reservada. Existe uma clara distorção da palavra faceira, dando-lhe um tom pejorativo.

Na mão direita

“À mão direita tem uma roseira (bis)/Que dá flor na primavera (bis)/Entra na roda, ó linda roseira (bis)/ **E abraçai a mais faceira (bis)/ A mais faceira eu não abraço (bis)/ Abraço a boa companheira (bis).**”²⁶ (Folclore brasileiro - autor desconhecido)

Na música “Terezinha de Jesus” o grifo por mim realizado pode ser interpretado como sendo o casamento como destino mais apropriado na vida da mulher na sociedade brasileira do século XIX marcada pelo patriarcalismo. A música prepara a moça para o seu destino: o casamento. Também estabelece uma hierarquia de obediência aos homens: pai, irmão e marido. Além disso, a queda pode ser interpretada como um tombo físico, mas também como um deslize moral.

Terezinha de Jesus

“**Terezinha de Jesus deu uma queda/ Foi ao chão/ Acudiram três cavalheiros/ Todos de chapéu na mão/ O primeiro foi seu pai/ O segundo seu irmão/ O terceiro foi aquele/ Que a Teresa deu a mão/** Terezinha levantou-se/ Levantou-se lá do chão/ **E sorrindo disse ao noivo/ Eu te dou meu coração/** Dá laranja quero um gomo/ Do limão quero um pedaço/ Da morena mais bonita/ Quero um beijo e um abraço.” (autor desconhecido)

Na letra da música “Sapo Cururu”, aparece novamente o destino inexorável na vida da mulher, qual seja, o casamento, bem como atividades voltadas às tarefas domésticas e trabalhos manuais, enquanto o sapo está lá fora, a sua mulher prepara renda para o casamento.

Sapo cururu

“Da beira do rio/ Quando o sapo grita/ Oh! Maninha/ É porque tem frio./ **A mulher do sapo/ Deve estar lá dentro/ Fazendo rendinha/** Oh! Maninha/ **Pro seu casamento.**” (autor desconhecido)

²⁶ Utilizo negrito para grifar os trechos das cantigas que contém expressões de cunho machista e preconceituoso.

A música “Pombinha Branca” é outro exemplo de cantiga onde a mulher aparece lavando, o que? A roupa para o casamento, como se não houvesse outro destino para a mulher se não lavar roupas e casar.

Pombinha Branca

“Pombinha branca o que esta fazendo/ Lavando roupa pro casamento/ Vou me lavar, vou me secar/ Vou pra janela pra namorar/ Passou um moço de terno branco, / Chapéu de lado meu namorado/ Mandei entrar, mandei sentar/ Cuspiu no chão, limpa aí seu porcalhão, tenha mais educação.” (autor desconhecido)

Assim como as músicas acima mencionadas, inúmeras outras cantigas de roda possuem letras a serem observadas e questionadas com relação ao seu teor, por condicionar a mulher ao casamento, as tarefas do lar e submissão ao homem, bem como violência. É preciso a reflexão das letras dessas músicas que num primeiro momento parecem inofensivas, mas que carregam consigo preconceito e machismo, representando sentimentos inculcados no íntimo da sociedade. As letras apresentam situações naturalizadas pela sociedade, mas que, no entanto, não são nada naturais, apenas mostram como se constrói a sociedade de forma que se organizem os lugares de homens e mulheres, de acordo com os interesses dessa sociedade.

Vale lembrar:

“Nossas análises dependem das posições de sujeito que ocupamos, da forma como pensamos e sentimos. Minha posição de mulher, feminista, brasileira, pesquisadora e espectadora me fará portadora de um olhar. Este olhar contingente, datado, limitado por essas e outras posições”.

4 FOTO CAPÍTULO

Segundo Carmen Rial²⁷ (2001) “não se escreve apenas com palavras. As imagens também podem ser instrumento poderoso na elaboração de textos antropológicos, com grande capacidade de difusão de ideias”.

Desta forma, este capítulo foi destinado à exposição de registros imagéticos das escolas no Brasil desde os primórdios da Educação até os dias atuais. A intenção ao trazer as imagens é de complementar à contextualização do início deste trabalho, para que possamos vislumbrar de forma mais clara a construção da Educação no Brasil, bem como a trajetória da mulher na escola. Visto que:

“A fotografia é uma extensão da nossa capacidade de olhar, e se constitui em uma técnica da representação da realidade que, pelo seu rigor e particularismo, se expressa através de uma linguagem própria e inconfundível. Sendo a participação do autor (fotógrafo) balizada por uma técnica completamente vinculada às especificidades de uma determinada realidade, o fato resultante pode traduzir com bastante rigor a evidência dessa realidade.” (GURAN, 1991. p. 11)

E ainda, pode-se dizer que:

“Assim como no cinema o vídeo, a fotografia representa plasticamente a realidade de maneira própria e particular (diferentemente do que faria a pintura ou o desenho, por exemplo), possibilitando uma leitura tanto mais rica quanto a capacidade do leitor de se aperceber das representações contidas na imagem, uma vez que esta não se reduz a uma mera transcrição.” (GURAN, 1991. p. 12)

Assim, as imagens selecionadas são um recorte das diferentes épocas da educação no Brasil. Nessas imagens poderão ser observados os ambientes escolares e seus sujeitos. Bem como, as mudanças ocorridas dentro desses espaços, onde ao longo do tempo modificaram-se os atores sociais. As alunas e alunos já não são mais meros expectadores sentados em frente a um quadro e um orador detentor de todo o saber, mas são agentes de interação e mudança.

²⁷ RIAL, Carmen. Contatos Fotográficos. Antropologia em Primeira Mão/UFSC, 2001.

Figura 1: Exposição escolar de novembro de 1896. Escola Normal Caetano de Campos



Fonte: <https://ieccmemorias.wordpress.com> Acesso em 23/05/2016

Figura 2: Escola Normal de Nictheroy – 1904



Fonte: <http://infoiepic.xpg.uol.com.br/historia.htm> Acesso em: 23/05/2016

Figura 3: As normalistas do Colégio Caetano de Campos, 1915



Fonte: http://educacao.uol.com.br/album/historia_uniforme_album.htm Acesso em: 04/06/2016

Figura 4: Escola Normal Livre S. Manuel – Primário 1939



Fonte: <http://dudelamonica.blogspot.com.br/2013/05/memoria-fundacao-da-escola-normal-livre.html> Acesso em: 23/05/2016

Figura 5: Era Vargas: disciplina marca nas escolas. Salas de aula separadas por gênero.



Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao> Acesso em: 23/05/2016

Figura 6: Escola Orozimbo Maia, década de 1940



Fonte: <http://www.museumusical.com/2016/04/campinas-de-ontem-escolas-e-ensino.html> Acesso em: 04/06/2016

Figura 7: Escola Caetano de Campos 1942- segunda série do primário



Fonte: <http://www.iecc.com.br/simbolos-da-escola/uniformes/170/uniforme-anos-40-e-50> Acesso em: 04/06/2016

Figura 8: Externato Santa Rita 1957



Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250s1.htm> Acesso em: 04/06/2016

Figura 9: Colégio Culto a Ciência, turma da década de 1960



Fonte: <http://www.museumusical.com/2016/04/campinas-de-ontem-escolas-e-ensino.html> Acesso em: 04/06/2016

Figura 10: Grupo Escolar Clemente Pinto - Caxias do Sul - 1974



Fonte: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/tag/colegios/?topo=87,1,1,,87> Acesso em: 04/06/2016

Figura 11: Escola Estadual da rede pública de São Paulo, 1988.



Fonte: <http://noticias.r7.com/educacao/fotos/veja-a-evolucao-dos-uniformes-escolares-desde-os-anos-20-20120611-15.html> Acesso em: 04/06/2016

Figura 13: Escola Visconde do Rio Grande, turma 101, Porto Alegre - 2015



Foto: Nara Rech

Figura 14: Escola Visconde do Rio Grande, turma 101, Porto Alegre - 2015



Foto: Nara Rech

Figura 12: Escola Costa e Silva, Porto Alegre – 2016 (foto: Renato Soder/RBS TV)



Fonte: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/05/greve-dos-professores-no-rs-comeca-com-8-escolas-ocupadas.html> Acesso em: 04/06/2016

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões propostas para a elaboração do presente trabalho versaram sobre a contribuição dos e das professoras, através de suas práticas, na construção das relações de gênero na escola, se elas podem contribuir para a diminuição da desigualdade de gênero ou para o seu reforço. A leitura de estudos do campo educacional voltados para essa temática, assim como as observações nas escolas e as experiências do Estágio de Docência permitem afirmar que diante de um contexto de violência contra a mulher e de tantas desigualdades a necessidade de discussão das relações de gênero no ambiente escolar está na ordem do dia. O desenvolvimento de propostas pedagógicas para a criação de atividades voltadas para a equidade de gênero, onde a sexualidade não seja tratada somente como uma questão biológica, mas como uma construção histórica, social e cultural precisa ser pensada. Também é necessária a desconstrução do senso comum entre os alunos e professores acerca de machismo e feminismo através de seus significados, bem como a utilização de expressões de cunho machista, do tipo: “mulher no volante, perigo constante”, “mulher tem que esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque”, onde os alunos (e professores) compreendam o grau de violência simbólica que carregam.

Nesse sentido, a reflexão acerca dos discursos sexistas deve ser realizada em sala de aula juntamente com os alunos, para que seja percebida a sua existência e como está entranhada na sociedade de tal forma que, um simples ditado popular carrega um peso sem fim de preconceito, machismo e violência. Desta forma poderemos desenvolver novos discursos e representações alternativas que com o tempo serão incorporados à realidade.

Dessa forma, a importância de pesquisar o papel da professora na construção do gênero e da discussão das relações de gênero nas práticas escolares, para a constituição de uma sociedade menos desigual e mais democrática está amparada no fato do desenvolvimento dos planejamentos pedagógicos estarem voltados somente para o âmbito biológico, sem, contudo, privilegiar as questões políticas, sociais e culturais do tema.

Assim, o ingresso da sociologia na educação pode trazer se bem trabalhado, grande contribuição para a discussão da questão das relações de gênero e sexualidade no planejamento de currículos escolares. A professora de sociologia, diante de seu conhecimento científico de questões políticas, sociais e culturais, pode enriquecer ainda mais o aporte

teórico das professoras de outras áreas do conhecimento e dessa forma trabalhem juntas matérias como Língua Portuguesa, História, Geografia, Biologia, entre outras.

O planejamento para discutir a construção das relações de gênero deve ser no sentido de pensar um projeto que englobe além das relações de gênero e sexualidade outras demandas juvenis nas diferentes áreas do conhecimento. Nesse planejamento deve haver a preocupação de primeiramente desconstruir e desnaturalizar a submissão e hierarquização de gênero, através da apresentação de conteúdos relacionados, com reflexões sobre sexismo, homofobia, entre outros temas atuais e necessários. Para então apresentar aos alunos o novo, ou seja, as inúmeras possibilidades de uma sociedade sem preconceito e com respeito às diferenças. Pois, é através da educação política e social que construiremos uma geração melhor que a anterior.

Neste contexto, homofobia, sexismo, intolerância sexual, bem como tantos outros preconceitos devem deixar de existir. Que mulheres e homens tenham de fato os mesmos direitos. Pessoas com identidade de gênero diferente de seu sexo não sofram violência nem preconceito. Que as pessoas tenham a liberdade de exercer seus direitos de acordo com suas escolhas e suas preferências, sem com isso serem alvo de violência. E, que sejam reconhecidas por suas capacidades e aptidões, como seres humanos.

6 REFERÊNCIAS

ACORDI, Daiana da Rosa. Da chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2007, vol.15, n.3, pp.834-836. ISSN 1805-9584. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300022>.

AQUINO, Julio Groppa. Confrontos na Sala de Aula: uma leitura institucional da relação professor-aluno. São Paulo: Summus, 1996.

BALESTRIN, Patricia Abel. Gênero e sexualidade no cinema. **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual.**/Constantina Xavier Filha, organizadora – Campo Grande, MS. Ed. UFMS. 2009. p.176-192.

BITTAR, Marisa ; FERREIRA Jr., Amarilio . Casas de bê-á-bá e colégios jesuíticos no Brasil do século 16. Em Aberto , v. 21,n78, p. 33-57, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COLERO, Maria Luisa. Del silencio al lenguaje (perspectivas desde la outra orilla) em feminino y en masculino. Madrid. Instituto de la mujer. 2002.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**. V.9, n.21, 2008.

Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371> >. Acesso em: 15/06/2016

FERRAZ, Ana Lúcia Camargo; MENDONÇA, João Martinho de. Ana Lúcia Camargo Ferraz e João Martinho de Mendonça (Orgs.). Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa; Brasília- DF: ABA, 2014.

GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e Informação. Dissertação. Brasília, 1991.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2011, vol.19, n.2, pp.467-474. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200010>.

LOURO, Guacira Lopes Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1997.

MEAD, M. (1999), Sexo e temperamento em três sociedades primitivas. São Paulo: Perspectiva

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 31/05/2015

RIAL, Carmen. Contatos Fotográficos. Antropologia em Primeira Mão/UFSC, 2001.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação das mulheres no século XIX: o colégio de Carolina e Hércules Florence de Campinas (1863-1889)*. *Histedbr on-line*, v. 1, p. 1-25, 2007. Acessível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>>

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*. 3ª Edição. São Paulo, Editora Moraes, 1981.

RICH, Adrienne. Sobre mentiras, secretos y silenciosos. Barcelona, Icaria. 1983.

SCHECHNER, Richard. 2006. “O que é performance?”, em *Performance studies: an introduction*, second edition. New York & London: Routledge, p. 28-51. Acesso em: 12/06/2016.

SILVA, Rosimeri Aquino da; SOARES, Rosângela. Sexualidade e identidade no espaço escolar: notas de uma atividade em um curso de educação a distância. **Educar em Revista**, [S.l.], p. 135-151, maio 2014. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36545/22541>>. Acesso em: 19 jun. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/educar.v1i53.36545>.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a Sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande. Ed. UFMS. 2009

<https://ofolclorebrasileiro.wordpress.com/cantigas-de-roda-3/>. Acesso em: 12/05/2016.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Acesso em: 23/05/2016.

<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/era-vargas-profusao-ideias-historia-educacao-762711.shtml#ad-image-0> Acesso em: 23/05/2016.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acesso em: 28/05/2016.

<https://ieccmemorias.wordpress.com/2013/04/14/iecc-memorias-xxxvi-exposicao-escolar-de-novembro-de-1896-na-escola-normal-e-na-escola-modelo-caetano-de-campos/>Acesso em: 23/05/2016.

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/etnias-do-rio-negro/1530> Acesso em: 23/05/2016.

http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf Acesso em: 14/06/2016.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 15/06/2016.